

OS IMPACTOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA REGIÃO DO XINGU (AMAZÔNIA – PARÁ - BRASIL)¹

Luiz Fernando Roscoche

luizfrs@hotmail.com

Universidade Federal do Pará - UFPA

Daniel Mallmann Vallerius

daniel.mv@uol.com.br

Universidade Federal do Pará - UFPA

RESUMO

A região do Xingu, na Amazônia brasileira, está passando por transformações ambientais e sociais drásticas. Grande parte dessas mudanças se deve as políticas públicas, com destaque para Hidrelétrica de Belo Monte, uma das maiores hidrelétricas do mundo, em construção a montante do Rio Xingu no município de Vitória do Xingu. O objetivo desse trabalho é analisar como os impactos da construção da Hidrelétrica de Belo Monte podem afetar os atrativos turísticos da Região do Xingu, na Amazônia Brasileira. A presente pesquisa pauta-se no método comparativo, visando demonstrar as contradições inerentes ao processo da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Para demonstrar a contradição desse processo busca-se realizar uma contextualização da evolução histórica do empreendimento até os dias atuais. Analisa-se ainda, os documentos oficiais para realizar um diagnóstico dos impactos que afetariam os recursos turísticos locais. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, resultará na perda permanente de parte dos atrativos turísticos das cidades do entorno do lago da Usina, que terão suas praias, balneários, sítios arqueológicos e até mesmo parte do centro urbano perdidos definitivamente em razão do lago da barragem.

Palavras chaves: Amazônia; hidrelétrica de belo monte; atrativos turísticos; impactos socioambientais.

¹ Receção: 22/10/2013.

Aprovação: 01/09/2014.

Publicação: 05/12/2014

THE IMPACTS OF BELO MONTE DAM PLANT IN THE TOURIST ATTRACTIONS OF XINGU REGION (AMAZON - PARA - BRAZIL)

ABSTRACT

The Xingu region in the Brazilian Amazon Rainforest is passing through dramatic environmental and social transformations. Much of these changes should be public policy with emphasis on Belo Monte Dam, one of the largest power plants in the world under construction on upstream of the Xingu River in the city of Vitoria do Xingu. The purpose of this work is to analyze how the impacts of the construction of the Belo Monte Hydroelectric can affect the tourist attractions of the Xingu region in the Brazilian Amazon Rainforest. This research is guided on the comparative method aiming to demonstrate the contradictions inherent in the process of construction of the hydroelectric plant of Belo Monte. To demonstrate the contradiction of this process it seeks to accomplish for this enterprise a contextualization of the historical facts to the present day. It also analyzes the official documents for a diagnosis of impacts that would affect the local tourism resources. The building of the hydroelectric plant of Belo Monte results in the permanent loss of some of the towns tourist attractions around the lake of the Power plant which will have in its beaches resorts and archeological sites and even in the part of the urban center which will lose by all odds because of the dam lake.

Keywords: Amazonia; belo monte dam; tourist attractions; social and environmental impacts.

INTRODUÇÃO

A região Amazônia brasileira passa por um processo de mudanças, que segundo Trindade Junior (2011, p. 135), “faz concluir pela existência de uma nova dinâmica de que toma forma difusa e diversa na região”. Essa mudança de padrão de organização segundo ele, repercute numa maior complexidade das formas e conteúdos, corroborando assim a ideia de que ocorre um processo diferenciado de produção do espaço que atribui uma nova maneira de organização do mesmo. A história da ocupação da Amazônia está ligada não só ao contexto brasileiro como ao contexto mundial.

Ainda segundo Nascimento (2011) esse processo esteve associado à inserção do Brasil no capitalismo global e nacional, seja do ponto de vista físico (a exemplo da construção de estradas), quanto política e economicamente, através da intervenção direta do Estado Nacional, com a implantação dos planos econômicos e dos órgãos governamentais de regulação. Tal posicionamento é corroborado por Godfrey e Browder (1996, p.1), que considera que durante muito tempo “the Amazon Basin has been heavily affected by outside political and economic forces. In recent years the region has accompanied Latin

American trends of rapid urbanization”. Lira *et. al* (apud SATHLER, 2012), destacam que a Amazônia deixou de ser uma região isolada economicamente para se transformar em um espaço global economicamente integrado.

Vários autores estabelecem uma periodização do processo de ocupação da Amazônia e em especial do processo de urbanização (TAVARES, 2011; CORREA, 1987, UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012; BECKER, 1990, 1999; SCHOR; MARINHO, 2013). Alguns desses autores evidenciam não só a alteração da forma como do conteúdo do processo de urbanização na Amazônia, hora sendo influenciada por interesses do Estado ou do capital.

Como bem lembra Milton Santos, o espaço não só te torna cada vez mais artificial como também tendente a “fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”. Nesse sentido para compreender a região do Xingu e a cidade de Altamira é necessário compreender não só as demandas internas, mas também as demandas externas, sejam elas nacionais ou internacionais.

A cidade de Altamira (PA), localizada no sudeste paraense, faz parte desse cenário de (des) integração nacional, de um processo de desenvolvimento contraditório, permeado por conflitos e resistência de movimentos sociais, da igreja e de outros atores sociais (HERREA; MOREIRA, 2013). Ao longo dos anos a cidade sofreu influencia de muitos processos como o ciclo da borracha, a construção da Rodovia Transamazônica, Projetos Agropecuários e mais recentemente com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte (UMBUEIRO; UMBUEIRO, 2012) e a exploração de ouro na Volta Grande do Xingu (ROSCOCHE, 2012).

Devido a complexidade dos processos de transformação da sociedade e do território, o objetivo desse artigo é analisar o processo contraditório da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, realizando uma contextualização histórica do empreendimento até os dias atuais, buscando trazer tal análise para a compreensão dos impactos nos atrativos turístico de Altamira.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo localiza-se no município de Altamira, Estado do Pará e está compreendida na região fisiográfica do vale do Xingu. Sua área, segundo o IBGE, é de 159.533,401 Km², um dos maiores municípios do mundo, fato este que lhe confere não só uma potencialidade como também um problema de gestão, considerando que um dos distritos do município (Castelo dos Sonhos) fica a aproximadamente mil quilômetros da sede do município. No quesito populacional o Censo Demográfico do IBGE de 2010, a população urbana do município seria de 84.092 e a população total do município de 99.075 habitantes. A explosão demográfica na cidade de Altamira se inicia em 2010 com o início da construção da Usina Hidrelétrica e os dados do IBGE são contestados pela Prefeitura Municipal de Altamira estimaria que a população em 2012 seria de 146.224 pessoas (HERRERA; MOREIRA, 2012)

Considerando o Censo de 2010 do IBGE, espera-se segundo previsões do Painel de Especialistas² que analisou o Estudo de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é de que a população dobre até o término da obra (MAGALHÃES, 2009). Além disso, a obra forçaria a migração de mais de 20 mil pessoas que teoricamente seriam realojadas (MAGALHÃES, 2009).

A história de Altamira sempre esteve indissociavelmente ligada à ocupação indígena da região e que ainda hoje possui forte presença indígena com 6 etnias (segundo a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, 2014), apresentando inclusive crescimento entre os anos de 2000 e 2010, enquanto a população total crescia uma taxa de 2,49%, a população indígena cresceu a uma taxa de 11,15% (SIMONI; DAGNINO, 2012). Tal presença histórica se reflete na história material e imaterial da cidade, apresentando traços culturais como dormir em redes, alimentação (baseada na mandioca, açaí, frutas regionais e peixe), o fato de utilizar o rio para pesca e para o lazer e outros. Muitas aldeias se localizam historicamente próximas a área urbana de Altamira (como é o caso da etnia Arara) e que podem se tornar um atrativo turístico, evidenciando o patrimônio cultural dos povos tradicionais da Amazônia.

Como já citado, os jesuítas foram os primeiros homens brancos à chegarem a região e até hoje sua influência é marcante na religião e costumes da maioria dos moradores tradicionais. Prova disso é que a população ainda é em sua maioria católica (IBGE, 2010) e preserva costumes como a procissão, quaresma, rezas e eventos religiosos. Também é válido ressaltar a importância da Igreja na história da cidade, seja no seu aspecto material como mantenedora de instituições de ensino, hospitais e até mesmo de espaços públicos (Praça

Segundo Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012), a cidade de Altamira foi marcada por grandes ciclos: o primeiro corresponde à chegada dos jesuítas que eram padres que vinham catequizar os povos indígenas da região do baixo Xingu que fundou uma missão (aldeamento de silvícolas para a catequese) com quase trezentos anos depois, o segundo ciclo que foi o da borracha que era motivada pela exploração de vasta região à procura de seringais.

A tímida configuração territorial da região norte começou a ser quebrada a partir da descoberta do processo de vulcanização da borracha em 1839. Contudo, a década de setenta do século XIX se legitimou como sendo o início do primeiro surto migratório para a região Amazônica. Nem mesmo as inúmeras dificuldades apresentadas na Amazônia impediram que o contingente de

² O Painel de Especialistas é composto por diversos pesquisadores das mais renomadas universidades brasileiras e estrangeiras que dentro de suas especialidades realizam uma Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Os especialistas apontam graves problemas e sérias lacunas no EIA de Belo Monte. O documento pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf

migrantes parasse de crescer, ao contrário, acentuou-se a cada ano. (SILVA; SILVA, 2007)

Ainda segundo informações trazidas pelos autores, só no ano 1878, teriam migrado para a Amazônia cerca de cinquenta mil homens, mulheres e crianças, oriundos do Ceará, que fugiam da fome, da sede e das epidemias. A borracha retirada dos seringais da Amazônia eram exportadas para os Estados Unidos e Europa e promoveram um grande impacto econômico na região, especialmente nas capitais dos Estados do Pará e Amazonas, além de algumas cidades do interior. Todavia, devido a inserção dos seringais em terras asiáticas entre os anos de 1910 a 1919 (SILVA; SILVA, 2007), houve uma grande desvalorização da borracha, provocando uma crise no setor. Somado a isso a crise de 1929, refletiram no seringais da Amazônia e da Região do Xingu que foram abandonados, sendo que parte dos seringueiros migraram e outros permaneceram na região “habitando as margens dos rios e sobrevivendo da coleta da castanha, caça, pesca e economia de subsistência, outros povoando as cidades e vilarejos as margens dos rios, é o caso de Porto de Moz, Souzel, Vitória do Xingu e Altamira” (OLIVERIA *et. al*, 2014).

Em outra fase do ciclo da borracha, quando eclode a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos firmam uma parceria com o Presidente brasileiro, Getúlio Vargas para o fornecimento de borracha. Dá-se início a convocação por parte do governo brasileiro aos trabalhadores brasileiros para extração da borracha, homens estes conhecidos na época como “soldados da borracha”, (em grande parte, imigrantes nordestinos), que eram convocados a trabalhar na extração da borracha ou então lutar nos campos de batalha na Europa. A borracha amazônica subsidiou a confecção de pneus de carros, aviões e demais usos militares. Tem-se portanto, umas das primeiras políticas públicas de grande impacto seja em seu aspecto demográfico e econômico. Mais recentemente, a partir de 1993, surge o serviço de mobilização de trabalhadores para a Amazônia (SEMAT) em Fortaleza, com o objetivo dos SEMAT era alistar nordestinos para trabalhar na produção de borracha na Amazônia. Também cria-se a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SAVA); o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP); o Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração do porto do Pará (SNAP); e o Banco de Crédito da Borracha (OLIVERIA *et. al*, 2014).

Segundo Garcia (2006), é em 1972 que é inaugurado o primeiro trecho da Rodovia Transamazônica, sob o comando do general Emilio Garrastazu Médici, então presidente da época que motivado por razões geoestratégicas ocupar a Amazônia com uma medida populista que tinha como slogan “Terra sem homens para homens sem terra” A autora cita ainda um trecho de uma publicação de Kräutler (2005, p. 10), na qual o bispo do Xingu Dom Erwin Kräutler, considera que os traçados das principais rodovias construídas na região do Xingu também cortaram os grandes rios da Amazônia, exatamente nas proximidades das principais quedas água, fato que segundo ele já era uma previsão da possibilidade de construir barragens para a geração de energia. Muito embora até hoje a rodovia Transamazônica ainda não tenha sido asfaltada, as obras ganham impulso, haja visa

o interesse da conclusão da mesma para baratear o transporte dos insumos necessários a Hidrelétrica de Belo Monte.

Desde o início da construção da Rodovia assistiu-se a um processo de ocupação da região com a construção de agrovilas, instalação de fazendas e a chegada de milhares de pessoas das mais diversas regiões do país visando a produção agropecuária. Tal ocupação teve um grande custo ambiental, culminando com a instalação de centenas de madeiras ilegais, responsáveis por grande salto no desmatamento da região.

Agricultores e pecuaristas oriundos do sul e sudeste do Brasil se instalam na região, adquirindo terras para a instalação de fazendas, com especial destaque para o gado de corte.

O desmatamento só será freado em 2008 com uma ação desencadeada por órgãos de fiscalização do governo federal no combate ao desmatamento e comércio ilegal de madeira na região amazônica. Tal iniciativa leva ao fechamento de dezenas de madeiras, que eram até então, umas das principais fontes de renda e emprego para muitos municípios da região do Xingu. O desemprego que ressoará nos anos seguintes tornará mais fácil o convencimento de milhares de trabalhadores para a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte.

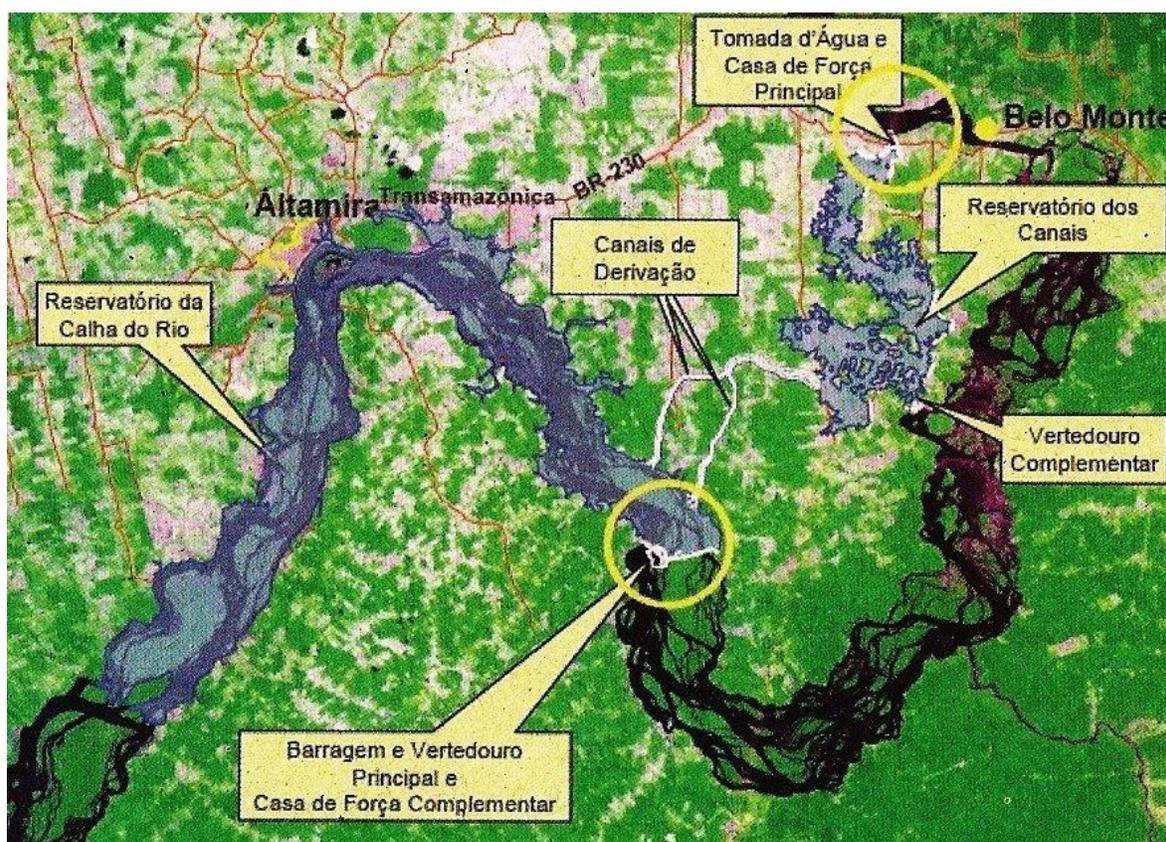
A chegada da energia elétrica em Altamira só foi possível na década de 90 com a construção do Tramoeste³, conhecida também como linha de Tucuruí. A chegada da energia em Altamira não ocorre por acaso, pois desde 1975, o governo realizou os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu para instalação de um complexo de Usinas Hidrelétricas na Região.

E o atual ciclo inicia-se no final de 2010 com o início da construção da hidrelétrica de Belo Monte⁴ na volta grande do Xingu. Pensada desde a década de 70, muitos presidentes não quiseram tirar o projeto do papel, pelas mais diversas razões, seja pelo impacto ambiental social e político da obra. Muitos movimentos sociais e conflitos emergiram na região desde que foram as pretensões do governo federal sobre a região. O presidente que encampa a construção da hidrelétrica é Luiz Inácio Lula da Silva, através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a implantação de 30 hidrelétricas até 2020, somente na Amazônia legal, num total de 48 a serem instaladas em todo o país (OLIVEIRA, 2013).

³ Sistema que interliga a Usina Hidrelétrica de Tucuruí a alguns municípios da margem direita do Rio Amazonas no Pará, atendendo aos municípios da Rodovia Transamazônica como Altamira, Rurópolis e Itaituba. A partir desses municípios é feita a distribuição de energia para os municípios vizinhos (GARCIA, 2006)

⁴ “Projetada para ser instalada no rio Xingu, a 40 km rio abaixo da cidade de Altamira, estado do Pará, na região conhecida por Volta Grande (área em que o rio dá um giro de quase 270 graus e tem desnível de mais de 100 metros), tem potência instalada de 11.233 MW, sendo a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a terceira maior hidrelétrica do mundo, porém com capacidade média de apenas 4.428 MW, ou seja, 39% do potencial máximo, devido a redução da vazante do Xingu nos períodos de junho a outubro, conhecido localmente como época do verão amazônico” (OLIVEIRA, 2013, p. 290)

Para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte a Volta Grande do Xingu terá sua vazão reduzida, pois o fluxo da água será desviado pela construção de um barragem que por sua vez conduzirá a água pelos canais de derivação, num desnível de pouco mais de 100 metros, onde ativará as turbinas da Usina (Mapa 1).



Mapa 1 – Mapa de localização da instalação da Hidrelétrica de Belo Monte na Volta Grande do Xingu
Fonte: LEME ENGENHARIA LTDA *et. al* (2009)

Fato curioso é que justamente na área conhecida como Volta Grande do Xingu onde terá sua vazão reduzida foi descoberto ouro, todavia não se sabe se essa informação era anterior ou posterior a instalação da hidrelétrica. Fato é que para a extração do ouro a empresa Canadense Belo Sun Mining⁵ que tem os direitos de exploração da área necessitará de uma grande quantidade de energia viabilizar a extração do minério.

⁵ “O empreendimento se instalará a menos de 20 quilômetros da barragem e 16 quilômetros das terras indígenas dos Arara da Volta Grande da Paquiçamba, do povo Juruna. As duas terras indígenas fazem

Tanto a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte como a extração de ouro na Volta Grande do Xingu, são contestadas, seja por via judicial, seja pelos movimentos sociais ou organizações não governamentais e outros. Só a Usina Hidrelétrica de Belo Monte acumula mais de 27 processos, segundo a Advocacia Geral da União (NOGUEIRA, 2014)

Tal situação gera um clima de conflito e incerteza na região que poderá sofrer drasticamente em função da falta do planejamento.

AS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E AMBIENTAIS DA REGIÃO DO XINGU E SUA RELAÇÃO COM O LAZER

A própria concepção de espaço e tempo na Amazônia são diferenciadas. Segundo Souza (2009) os modos de viver que se convergem no espaço amazônico, que segundo ele são o ribeirinho e a urbano, sendo que neste último apresenta padrões de consumo e novas formas do uso do tempo, e no segundo ainda estão presentes “outras temporalidades residuais, contrárias da lógica do capital”.

Ainda segundo Souza (2009), a principal referência da vivência ribeirinha está relacionada à dinâmica e ao papel dos cursos fluviais da Amazônia.

Sua importância revela a sobrevivência e o desenvolvimento de várias localidades que estão entremeadas pelas águas, pois são por meio delas que a cotidianidade se reproduz material e imaterialmente. São através dos cursos fluviais que se movimentam sonhos, desejos, encontros e modos de vida (2009, p. 173).

Na Amazônia, os rios na produção do espaço tornaram-se verdadeiras “estradas”, meios de circulação de mercadorias e de pessoas. Os rios também criam um padrão de organização e configuração na medida em que muitas cidades se desenvolveram em vários pontos dos rios. O movimento criado nos rios juntamente com as atividades econômicas (cercadas principalmente na agricultura e no extrativismo) que tinha como base os núcleos urbanos, criam a possibilidade de desenvolvimento do interior da Amazônia.

Souza (2009) destaca que:

Ao mesmo tempo, os rios possibilitaram a vivência religiosa e uma organização social através das ações católicas no espaço local. Seus conteúdos sociais também possuem sentido simbólico-cultural por aqueles que cotidianamente mantêm um tipo de contato terra-água.

fronteira com o empreendimento porém é mencionada como área de influência indireta do mesmo. Segundo o ISA, “nenhum dos povos da região foi consultado sobre a instalação da mineradora e tampouco foram avaliados os impactos eventuais sobre eles” (JORNAL DA GEOGRAFIA, 2012).

Rieper (2003) apud (SOUZA, 2009), ao analisar o modo de vida ribeirinho, destaca a afetividade e o valor simbólico que os sujeitos mantêm com a natureza e de modo especial com o rio. O autor identifica que muitas das representações e atitudes dos ribeirinhos revelam vivências e posturas coletivas em comum diante das suas atividades diárias de trabalho e de lazer.

Muito do lazer e do turismo na Amazônia é influenciado por fatores climáticos, uma vez que embora na quase totalidade do ano as temperaturas sejam elevadas com média de 23,3° C e 80% de umidade relativa do ar, o que confere um clima quente e úmido. Já no município de Altamira apresenta temperatura média de 26° C, e a precipitação anual gira em torno de 1.885 mm ano, sendo que os meses mais chuvosos vão de dezembro a maio período esse considerado como inverno, e os menos chuvosos, de junho a novembro conhecido como verão, é o período em que as pessoas mais procuram os balneários e praias da região.

METODOLOGIA

O presente trabalho teve como objetivo analisar como os impactos da construção da Hidrelétrica de Belo Monte afetarão os atrativos turísticos da Região do Xingu, na Amazônia Brasileira. Busca-se demonstrar as contradições inerentes ao processo da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, faz-se uma contextualização da evolução histórica do empreendimento até os dias atuais. Analisa-se ainda os documentos oficiais da empresa e dos governos para realizar um diagnóstico dos impactos que afetariam os recursos turísticos. Foram utilizados dados secundários do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte e ainda artigos acadêmicos e de notícias para ilustrar dinâmicas recentes sobre o processo de construção da Hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos sobre a realidade da região.

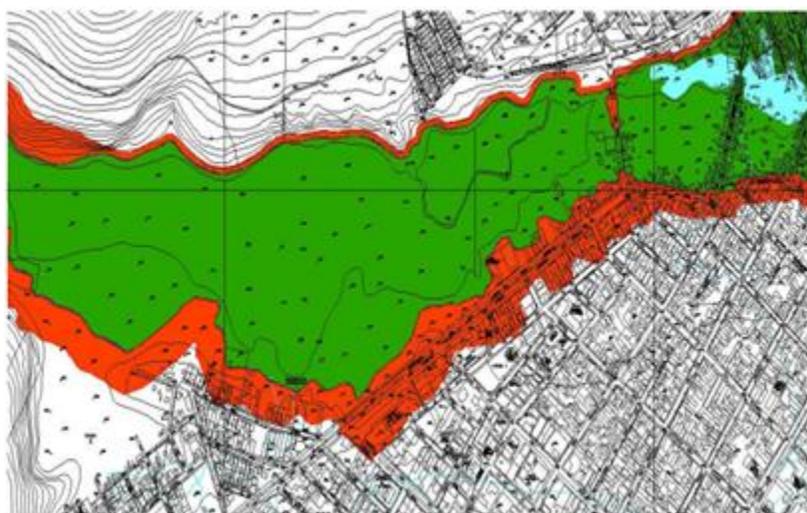
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Uma das primeiras contradições inerentes a obra é principalmente em relação a área alagada pelo lago da barragem, pois esse trará um impacto direto sobre a população e também sobre os recursos turísticos da região. A área a ser inundada segundo o EIA será menor do que a apontada pelo estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará, a pedido da Procuradoria da República do Estado do Pará, do Ministério Público Federal. No documento o Ministério Público afirma que:

Cerca de 25,4 mil moradores vivem hoje em áreas alagáveis pela usina de Belo Monte no núcleo urbano de Altamira, e não cerca de 16 mil, ou seja, 9 mil a mais do que o previsto pela Norte Energia S.A. A discrepância entre o número de atingidos previstos pelo empreendedor e o detectado pelo MPF é de 55% [...].
(MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012)

O documento faz ainda a advertência de que tanto as previsões que diziam que o contingente populacional a ser atingido de 16 mil moradores estabelecido pelo EIA e de 25,4 mil considerados pela UFPA, “não refletem a realidade posterior ao fluxo migratório que o início das obras da UHE Belo Monte acarretou”.

A divergência da área alagada pode ser visualizada no mapa que segue extraído do documento do Ministério Público Federal (2012):



Mapa 2 – Área urbana de Altamira à ser inundada segundo o Consórcio Construtor Belo Monte (em verde) e segundo o Instituto de Tecnologia da UFPA (Universidade Federal do Pará)

Fonte: Ministério Público Federal (2013)

No mapa podemos verificar na cor verde que corresponde a área de inundação defendida pela Norte Energia pautada no Estudo de Impacto Ambiental, já a área em cor laranja foi apontada pelo Estudo feito pela UFPA. Caso as previsões da UFPA se confirmem, não só muitos prédios históricos como a Igreja, a Casa do Índio, A casa de Artesanato, e a própria Orla de Altamira, considerada um dos pontos de grande relevância cênica e também local de lazer de moradores e visitantes poderá sofrer com a inundação.

O aumento da população é outra preocupação já que as cidades não possuem infraestrutura para receber o crescente contingente populacional nem suportar suas demandas básicas. A cidade de Altamira que tinha pouco mais de 99 mil habitantes (IBGE, 2010), deve chegar a quase 200 mil habitantes até o final da obra. Segundo o documento do Painel de Especialistas (2009), existem erros graves da estimativa do fluxo migratório para a região:

Historicamente, o vale do Xingu e a região de Altamira se destacam por importantes fluxos migratórios. O EIA RIMA não considera

esta dinâmica pré-existente ao empreendimento e elabora todas as projeções de migração apenas considerando o próprio empreendimento. Isto certamente tanto subestima a população que poderá migrar para a região, quanto os efeitos dela decorrentes e, claro, quaisquer programas de mitigação de impactos (2009, p. 23).

Com o contingente populacional aumentou vertiginosamente a pressão sobre a escassa infraestrutura urbana da cidade. Os índices de violência, acidentes e outros aumentaram vertiginosamente. O aumento de preços atingiu inclusive o setor hoteleiro, que além de não suprir a demanda, apresenta preços extremamente elevados (FRANÇA; SILVA; ROSCOCHE, 2012). Houve ainda um aumento do custo de vida, com destaque para a especulação imobiliária (FLEURY; ALMEIDA, 2013; OLIVEIRA, 2014) e aumento de produtos de bens e serviços. Tal situação afeta de maneira mais representativa a população local. (PEREIRA, 2014). Tais fatos podem prejudicar a visitação da região.

Outro ponto que repercute em grande impacto ambiental na cidade é a falta de infraestrutura urbana, principalmente de saneamento, com despejo de lixo e esgoto de forma inadequada. A falta de infraestrutura de saneamento incide de forma negativa sobre a saúde da população local, com a proliferação de doenças e vetores, como é o caso da dengue (JOHANSEN; CARMO, 2012). As doenças endêmicas podem repelir possíveis turistas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012) para a região. Conforme destacado por MAGALHAES (2009), outro grave problema é que a região poderá sofrer com o surgimento de superpopulações de mosquitos da malária e da dengue, a exemplo do que aconteceu na Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O lago da barragem também prejudicará a navegação de populações tradicionais como ribeirinhos e indígenas, podendo inclusive trazer prejuízos para a pesca, podendo gerar impactos sem precedentes para as populações tradicionais da região. Ao impactar o modo de vida de populações tradicionais e sua cultura *sui generis*, perde-se um potencial atrativo turístico que se esgota mesmo antes de ter sido valorizado e aproveitado adequadamente.

Além dos impactos já citados, cabe destacar que a inundação do lago da barragem causará o desaparecimento de ilhas e praias que ficam próximas as cidades de Altamira, não podendo mais ser utilizada por turistas ou pela população local, como pode ser verificado na ilustração abaixo. Perde-se assim não só a beleza cênica do Rio Xingu e de suas praias como potencial atrativo turístico como também extingue-se uma das principais formas de lazer, herdade das populações indígenas que é o lazer junto ao rio.

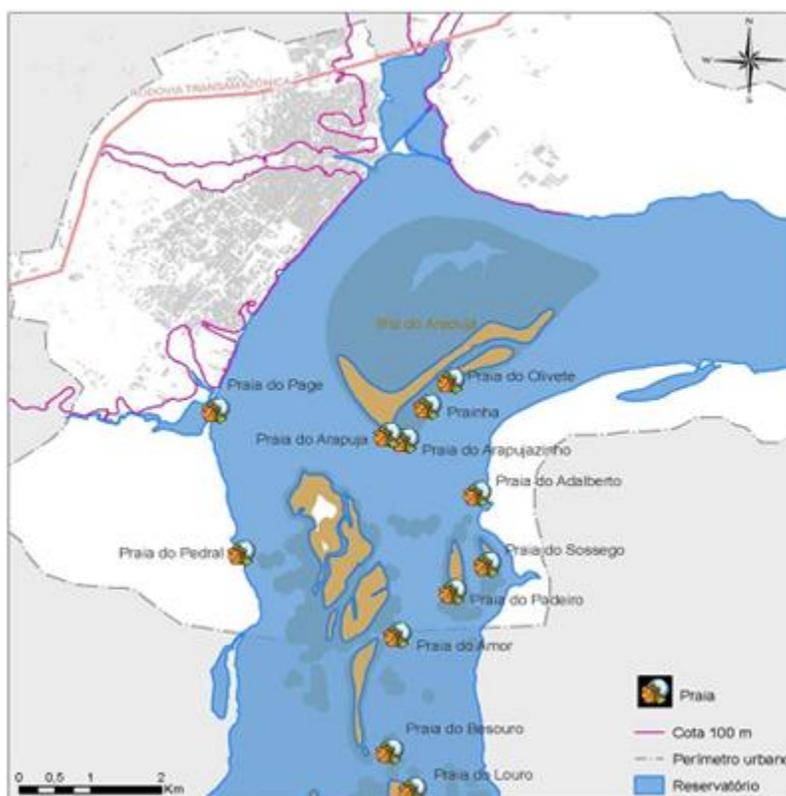


Imagem 1 - Praias que devem ser inundadas pelo lago da Barragem
Fonte: LEME ENGENHARIA LTDA *et. al.*, (2009)

Cabe a ressalva que a delimitação da área em questão é extraída do EIA e que estaria subestimada segundo estudos feitos pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012). Entretanto segundo o EIA (2009), serão implementados: Programa de Restituição/Recuperação da Atividade de Turismo e Lazer, Projeto de Recomposição das Praias e Locais de Lazer, e Projeto de Reestruturação das Atividades Produtivas de Turismo e Lazer. Embora os dados da pesquisa realizada pela Leme Engenharia demonstrem que grande parte do lazer se realiza em espaço urbanos na mesma página do documento é feita uma análise contraditória dos dados:

O rio Xingu é a maior opção de lazer da população. Balneários, como o do São Francisco, localizado no Igarapé Ambé, e as praias ao longo do rio, nas proximidades de Altamira, fazem parte do cotidiano dos moradores locais que se reúnem para tomar banho, fazer churrascos, ouvirem músicas, etc. (EIA/RIMA BELO MONTE, p.71)

Outro dado que corrobora a importância das praias no lazer dos altamirenses é uma pesquisa que apontou que 74% dos entrevistados diz frequentar balneários do município de Altamira. (ROSCOCHE; SOUZA; BARBOSA, 2012).

Na Região do Xingu, são registrados pelo IPHAN são registrados mais de 150 sítios arqueológicos, e parte desses sítios situam-se nas margens do Rio Xingu, sendo possível sua visualização nos períodos de seca, no verão amazônico, quando o nível do rio baixa tornando as figuras gravadas na rocha visíveis, como no caso da figura abaixo, localizada na confluência do Rio Iriri, no município de Altamira.



Imagem 2 – Figura Antropomorfa Gravada em Matacão Aflorado as margens do Rio Xingu.
Fonte: EIA/RIMA.

Patrimônios Arqueológicos como o representado acima serão perdidos de maneira permanente uma vez que o nível do Rio não deverá baixar uma vez instalado o lago da barragem. Além do Patrimônio Arqueológico da região, parte da área urbana de Altamira deve ser submersa, perdendo com isso parte de seus prédios históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A criação da Hidrelétrica de Belo Monte trata inúmeros impactos negativos para a região, resultando na perda definitiva de grande parte do potencial turístico local, tanto em termos de impactos a paisagem como a população local e as populações tradicionais. Pela contradição dos dados expostos, verificamos uma incerteza em relação a precisão dos dados, todavia, uma certeza de impactos significativos em qualquer cenário projetado. Fica evidente também que as demandas externas são impostas seja através do Estado ou do capital, relegando a segundo plano e em alguns casos desconsiderando totalmente as demandas locais da população.

Não é possível definir com certeza quais serão as vantagens que o setor turístico poderá trazer em relação a obra, pois se de um lado verifica-se a criação de inúmeros novos empreendimentos de hospedagem, alimentação e transporte, por outro lado, tem-se a inserção de inúmeras variáveis que interferem negativamente sobre a atividade turística, como a proliferação de vetores de doenças, a poluição ambiental, problemas com o sistema de transporte e o sistema médico hospitalar e degradação dos principais potencialidades turísticas da região.

Se considerada a teoria do ciclo de vida dos destinos turísticos de Butler (1980), corre-se o risco de que a degradação dos recursos turísticos seja prejudicado uma vez que grande parte das potencialidades turísticas locais estão sendo gradativamente dilapidadas. E diante de possível cenário de possível retração da economia após a conclusão da obra, torna-se necessário refletir sobre as possíveis alternativas econômicas que os municípios buscarão desenvolver. Existem exemplos no Brasil (Itaipu) e no mundo de Hidrelétricas que estimulam o desenvolvimento do turismo, seja por suas peculiaridades técnico-científicas da obra em si, ou pelos recursos naturais, como o lago do barragem e parques ambientais podem se tornar um fator de atratividade.

Cabe saber se o turismo terá condições de se desenvolver em Altamira e nos municípios do entorno após verificados os impactos ambientais. Se o turismo vir a ser uma das opções, deve-se considerar as demandas locais da população local e que esta última realize o empoderamento da atividade turística, pautando-se nos pressupostos do turismo de base comunitária.

REFERENCIAS:

BECKER, B. K. O. S. Eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano IV, nº 6, p. 29-42, jan/jun., 1999.

BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE - DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA

BUTLER, R. The concept of a tourism area of life cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**. v. 19, n. 1, 5-12, 1980

FLEURY, L.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente & Sociedade**. v. 16, n. 4, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2013000400009&script=sci_arttext. Acesso em 23/06/2014.

FRANCA, E. P. S.; SILVA, T. C.; ROSCOCHE, L. F. Os serviços e equipamentos de hospedagem no município de Altamira (PA) frente às novas demandas da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). In: **7 SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL: TURISMO E PAISAGEM: RELAÇÕES COMPLEXAS**, 2012, CAXIAS DO SUL. ANAIS DO VII SEMINÁRIO DE PESQUISA

EM TURISMO DO MERCOSUL: TURISMO E PAISAGEM: RELAÇÕES COMPLEXAS. Caxias do Sul: Pedro de Alcântara Bittencourt César, 2012.

GARCIA, M. F. **Ocupação do território e impactos ambientais:** o papel dos grandes projetos de eletrificação da Amazônia. [dissertação de mestrado]. Niterói: s/n, 2006.

GODFREY, B. J.; BROWDER, J. O. Disarticulated urbanization in the Brazilian Amazon. **The Geographical Review.** v. 86, n. 3, 441-445, 1996.

HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P. Resistência e conflitos sociais na Amazônia Paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária.** v. 8, n. 16, 130-151, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades – Informações dos municípios brasileiros – Altamira. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150060>

JOHANSEN, I. C.; CARMO, R. L. do. Dengue e falta de infraestrutura urbana na Amazônia brasileira: o caso de Altamira (PA). **Novos Cadernos NAEA.** v. 15, n. 1, 179-208, 2012.

JORNAL DA GEOGRAFIA – Boletim Informativo da Faculdade de Geografia, Campus de Altamira – Universidade Federal do Pará. O Belo Monte de Ouro na Volta Grande do Xingu. Disponível em <http://jorgedealtamira.blogspot.com.br/2012/10/o-belo-monte-de-ouro-na-volta-grande-do.html> Acesso em 20/05/2014

LEME ENGENHARIA LTDA; CAMAGO CORRÊA; ANDRARE GUTIERREZ; ODEBRECHT; ELETROBRÁS; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **RIMA: Relatório de Impacto Ambiental- Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte.** Cartilha. Brasília, Maio de 2009.

LEME ENGENHARIA LTDA; CAMAGO CORRÊA; ANDRARE GUTIERREZ; ODEBRECHT; ELETROBRÁS; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte: Diagnóstico da área diretamente afetada - Meio socioeconômico e cultural - ADA Urbana.** Estudo de Impacto Ambiental. Brasília: vol. 23 - fevereiro de 2009.

MAGALHÃES, S. M. S. B. S.; HERNANDEZ, F. D. M.(Orgs.). **Painel de Especialistas:** Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EI_A.pdf. Acesso em: 14/06/2014.

MAGALHÃES, S. M. S. B.; HERNANDEZ, S.; HERNANDEZ, F. M. (Orgs.). **Painel de Especialistas:** análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em:

http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EI_A.pdf Acesso em 13/05/2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – **Procuradoria da República. Ação Civil Pública com Pedido de Liminar.** Belém, Pará, 2012. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2012/arquivos/ACP%20Cota%20100.pdf>> Acesso em 20/05/2013.

NASCIMENTO, C. P.. O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980. **Ateliê Geográfico.** v. 5, n. 14, 227-256, 2011.

NASCIMENTO, S. M.; **Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

NOGUEIRA, D. Além de burocracia, hidrelétricas enfrentam avalanche de ações judiciais. **Jornal o Globo,** Caderno de Economia. Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/alem-de-burocracia-hidreletricas-enfrentam-avalanche-de-acoes-judiciais-11821575#ixzz35aputSff>

OLIVEIRA, A. C. Consequências do neodesenvolvimentismo Brasileiro para as políticas públicas de crianças e adolescentes: reflexões sobre a implantação da Usina Hidrelétrica De Belo Monte. **Revista de Políticas Públicas.** v. 17, n.2, 289-302, 2013.

OLIVEIRA, C.; DONATO, J.; ALVARENGA, S.; LIMA, S. **Processos de colonização cidade de Altamira-PA.** Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2408787>. Acesso em 24/06/2014.

OLIVEIRA, M. **Obra de hidrelétrica faz triplicar preço de aluguel na região de Belo Monte.** Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/08/obra-de-hidreletrica-faz-triplicar-preco-de-aluguel-na-regiao-de-belo-monte.html>. Acesso em 23/06/2014.

PEREIRA, R. **Com Belo Monte, Altamira tem dias de cidade grande.** O Estado de São Paulo. 14/06/2014. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/com-belo-monte-altamira-tem-dias-de-cidade-grande,1512055> Acesso em 23/06/2014.

ROSCOCHE, L. F. Belo Monte: construída a qualquer custo. **Jornal Folha de Palmeira,** Palmeira, p. 2-2, 25 nov. 2010.

ROSCOCHE, L. F. O BELO MONTE DE OURO NA VOLTA GRANDE DO XINGU. **JORGE - Jornal de Geografia** - Boletim Informativo da Faculdade de Geografia - Campus de Altamira, Altamira - Pará, 4-4, 15 nov. 2012.

ROSCOCHE, L. F.; BARBOSA, M. da S.; SOUZA, A. S. de. A Importância dos balneários e praias para o lazer da população de Altamira- PA. **II SEGESSPA – Semana de Geografia do Sul e Sudeste do Pará,** 25 a 28 de setembro de 2012, Marabá, Pará, 2012.

SANTOS, M. A **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR R. L.; CARVALHO, J. A. M. de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte vol. 19 (1), 11-39, 2009.

SCHOR, T.; MARINHO, T. P. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>

SILVA, A. C. G.; SILVA, J. C. Seringueiros na Amazônia. In. **II – Colóquio Nacional do NEER**. Núcleo de Estudos em Espaço e Representações. UFBA/Geografia. Salvador: BA, 2007. Disponível em http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AntonioCarlosGalvaodaSilva.ED2V.pdf Acesso em 24/06/2014.

SIMONI A. T., DAGNINO, R. S. População indígena e Território na Amazônia brasileira: estudo de caso da população Xipaya no município de Altamira, Pará. **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012b.

SIMONI A. T., DAGNINO, R. S. Uma análise da população indígena na cidade de Altamira, Estado do Pará, com base nos dados do Censo 2010. **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012a.

TRINDADE JUNIOR, S. C. C. da. Cidades médias na Amazônia Oriental: Das Novas Centralidades à Fragmentação do Território. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13, n. 2, 2011.

TRINDADE, G. A. Urbanização e gestão urbana no sul da Bahia: o predomínio da aglomeração de Itabuna–Ilhéus na rede urbana regional. In. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. LOPES, Diva Maria Ferlin ; HENRIQUE, Wendel (org.). Salvador: SEI, 2010.

UMBUZEIRO, A. U. B.; UMBUZEIRO, U. M. **Altamira e sua história**. 4 ed. Belém: Ponto Press, 2012.